

ATA Nº 129/23

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2023, às 10:30 horas, reuniram-se na Prefeitura Municipal para reunião mensal, os conselheiros do RPPS, presidente Ana Maria Vieira Gomes, membros Carmem Medianeira Augustim, Fabiane Ribeiro Pinton, Jecelaine Barchet Lobler, Jenifer Costa da Silva e Vera Terezinha de Oliveira Hundtermarck. Inicialmente a Presidente Ana Maria informou sobre o saldo financeiro referente ao mês de maio no valor de R\$ 21.858.232,03, arrecadado com alíquota suplementar R\$ 81.397,12, alíquota patronal R\$ 100.234,74 e alíquota funcional R\$ 81,397,12, sendo total arrecadado de R\$ 263.028,98, arrecadado oriundo de rescisão o valor de R\$ 8145,75, rentabilidade de R\$ 252.285,59, com despesa administrativa de R\$ 9,664,16, despesa com pagamento da folha dos aposentados no valor de R\$ 64.809,27, pensões R\$ 10.290,18, e o valor arrecadado da Câmara de Vereadores R\$ 4.122,07, com alíquota suplementar R\$ 1.275,62, patronal R\$ 1.570,83 e funcional R\$ 1.275,62. A respeito da capacitação que irá acontecer dias 05 e 06/07/2023 na empresa Referência Consultoria Ltda ME – Gestão e Controle da Carteira de Investimentos para o RPPS, os membros avaliaram o conteúdo e acharam ser de pouca relevância, assim sendo não haverá participação do Conselho. Sobre o servidor Orlano Alciomar da Silva, segundo a conselheira Carmem, a mesma esteve em contato com o advogado do mesmo, DR. Bruno Bossle- OAB nº 92.802, que informou que o processo está sobre estado, aguardando instâncias superiores. Assim, resolveu-se enviar ofício a Unidade Central de Controle Interno, solicitando se houve nova manifestação do TCE após a data de junho/2022. A presidente Ana Maria informou que CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária está totalmente regular e que o mesmo possui vigência até 27/06/2023 e já está sendo providenciada sua renovação. Foi recebido pela presidente Ana Maria um memorando da Comissão de Sindicância a respeito do servidor Flávio Luiz Garcia, onde a mesma irá responder através de ofício o solicitado no mesmo. Sobre as perícias foram realizadas pelos servidores afastados por invalidez, aguardando laudo. Não havendo mais nada a deliberar, as presentes assinam a ata.